



MERCOSUR EN LA PRENSA MERCOSUL NA IMPRENSA

28 de febrero de 2023
28 de fevereiro de 2023

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet.

A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

@parlasur | seccomunicacion@parlamentomercosur.org | www.parlamentomercosur.org



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

ÍNDICE



BRASIL

BRASIL 24.7

- [Setor privado e governos se reúnem no Encontro Econômico Brasil-Alemanha](#)

FOLHA.com

- [Lula foi bom para Paraguai, e atual governo também será, afirma favorito à Presidência](#)
 - [Acordo União Europeia-Mercosul depende de compromissos ambientais e texto mais rígido, diz eurodeputada](#)
-



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



ULTIMAHORA.COM

- [Legitimidad para gobernar](#)



EL PAIS

- [Tres ministros viajarán a Brasil - Darán "seguimiento" a la reunión que tuvo Lacalle Pou con Lula](#)
- [Más y mejor Norteamérica](#)

CARAS & CARETAS
EDICIÓN ONLINE

- [Ministros a Brasil para seguimiento de reunión Lacalle-Lula](#)
-



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Brasil



Setor privado e governos se reúnem no Encontro Econômico Brasil-Alemanha

Com o tema novas abordagens sobre energia, clima e digitalização, a 39ª edição do evento será realizada nos dias 13 e 14 de março, em Belo Horizonte (MG)

Da [Confederação Nacional da Indústria](#) - Cerca de 800 pessoas, entre empresários, associações setoriais, investidores e gestores governamentais vão se reunir nos dias 13 e 14 de março no 39º Encontro Econômico Brasil-Alemanha, em Belo Horizonte. O evento é focado no diálogo empresarial bilateral e tem o objetivo de fortalecer as relações entre as economias e aprofundar a parceria estratégica. Atualmente, a Alemanha é o 4º principal parceiro comercial brasileiro, com 3,1% de participação na corrente de comércio brasileira, e o Brasil é o principal parceiro alemão na América do Sul.

O 39º EEBA será realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), pela Federação das Indústrias Alemãs (BDI, na sigla em alemão) e pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), com apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae).

Além de debates, evento terá visitas técnicas e encontros de negócios

Com o tema Novas abordagens sobre energia, clima e digitalização, o 39º EEBA terá discussões de assuntos relacionados às cadeias de valores, à sustentabilidade e à economia circular. No primeiro dia de encontro, serão realizados painéis de debate sobre corrente de comércio brasileira, descarbonização industrial, transformação digital e desafios geopolíticos. Além disso,





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

no dia 14, serão realizadas visitas técnicas a empresas da região e encontros de negócios com empresários de diferentes setores industriais, reunindo mais de 190 empresas brasileiras e 48 investidores da Alemanha.

As comitivas do setor privado que participarão do encontro são compostas por empresas brasileiras e alemãs da agroindústria, de mineração e dos setores mecânico, químico, farmacêutico e metalúrgico. Além do fortalecimento da parceria, o encontro promoverá a discussão de novos investimentos e oportunidades de cooperação, a apresentação de propostas para a melhoria do ambiente de negócios, a facilitação do relacionamento comercial entre empresas e a oportunidade de networking e conexão.

“A Alemanha é um mercado estratégico nas relações comerciais e de investimentos para o Brasil. Por isso, consideramos importante que setor privado e governo dos dois países trabalhem juntos para debater formas de fortalecer e revitalizar a parceria, a fim de promover o crescimento do comércio, os investimentos e a cooperação tecnológica”, afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Indústria apontou prioridades da relação bilateral para governos do Brasil e da Alemanha

Em encontro realizado no último mês, a CNI, a BDI e a LADW entregaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz, uma declaração conjunta com ações prioritárias para fortalecer os laços comerciais e políticos entre as economias. O documento destaca medidas como a conclusão do acordo entre União Europeia e Mercosul, a modernização do plano de ação da parceria estratégica entre Alemanha e Brasil, o lançamento das negociações para celebrar um novo e moderno acordo para evitar a dupla tributação (ADT), o apoio à continuidade do processo de entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a promoção de iniciativas de digitalização e Indústria 4.0, com temas como tecnologia 5G, segurança cibernética e transição energética sustentável.

Comércio bilateral de bens atingiu o maior valor em oito anos





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

Em 2022, o comércio de bens entre o Brasil e a Alemanha alcançou a marca de US\$ 19,1 bilhões – o maior valor desde 2014. De acordo com levantamento da CNI, com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), os principais produtos brasileiros exportados para o país no último ano foram café, chá, mate e especiarias (27%), resíduos e desperdícios das indústrias alimentares (16%), minérios (13%), máquinas mecânicas (10%) e demais (33%). Os produtos da indústria de transformação são responsáveis por 58% das exportações brasileiras para o território alemão.

Fertilizantes foram destaque nas importações de produtos da Alemanha

Em relação às operações de importação, os produtos mais adquiridos da Alemanha pelo Brasil, em 2022, foram máquinas mecânicas (21%), químicos orgânicos (12%), veículos terrestres (10%), produtos farmacêuticos (9%) e demais produtos (47%) - de acordo com dados elaborados pela CNI com base em estatísticas do Comex Stat. No mesmo período, a compra de fertilizantes registrou um aumento, provavelmente em função dos impactos do conflito entre Rússia e Ucrânia.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Brasil

FOLHA.com

Lula foi bom para Paraguai, e atual governo também será, afirma favorito à Presidência

Líder nas pesquisas, Santiago Peña defende integração regional via Mercosul em contraposição a desejo do Uruguai

Sylvia Colombo

Buenos Aires

Candidato favorito para vencer as próximas eleições presidenciais no Paraguai, em 30 de abril, Santiago Peña, 44, é a nova cara do partido de direita que mais governou o país, o Colorado. Tem ainda a bênção do ex-presidente Horacio Cartes, que, apesar de ser alvo de sanções dos EUA devido a acusações de corrupção, segue como o homem mais poderoso do país, dono de bancos e empresas de cigarros.

Para opositores, Peña, se eleito, será só uma marionete do caudilho. À Folha o candidato afirma ter diferenças com a sigla —ele vive às turras com o atual presidente, Mario Abdo Benítez, da ala não cartista.

Nas pesquisas, está bem à frente de seu principal concorrente, Efraín Alegre, que concorre pela terceira vez, agora em uma coalizão com o centro e a centro-esquerda. Segundo levantamento recente, Peña tem 46,2% das intenções de voto, e Alegre, 24,9% —os demais postulantes não passam de 10%. Um deles é o ex-goleiro José Luis Chilavert, hoje um assíduo comentarista da política paraguaia, de viés à direita.





Na entrevista, o candidato elogiou o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com quem disse estar ansioso para trabalhar, defendeu o Mercosul como instrumento de integração regional frente ao desejo do Uruguai de firmar acordos separadamente e justificou um elogio que fez a Alfredo Stroessner, cuja ditadura, de 1954 a 1989, foi marcada por corrupção e violações de direitos humanos.

Fora no início do século 20 e, depois, com Fernando Lugo, entre 2008 e 2012, o partido Colorado governou o Paraguai praticamente desde a fundação da legenda. Como explica esse predomínio? Há paralelos com a força do peronismo na Argentina ou com a do PRI no México? Não sou um cego defensor do Colorado, minhas críticas são públicas, mas reconheço que se trata de uma força que se sedimentou na cultura paraguaia de modo fortíssimo. Pelo lado dos valores, da família. Há uma enorme diferença em relação ao peronismo, que sempre dependeu de homens e mulheres fortes, de uma espécie de populismo. O Colorado representa os valores mais tradicionais do Paraguai: a família, a estabilidade econômica, o trabalho, aspectos que transcendem líderes políticos específicos. Não saberia fazer relações com o México.

Na última reunião da Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), o presidente Mario Abdo Benítez foi uma das poucas vozes contra o convite à Venezuela e contra a amenização das relações com Nicarágua e Cuba. O que achou? Tenho diferenças com Abdo Benítez, mas creio que, nesta ocasião, ele e o presidente [do Uruguai] Lacalle Pou foram muito bem. É preciso destacar os abusos de direitos humanos como transversais, para que não virem lugar-comum em nossa região. Essas não são só uma bandeira de uma sociedade de esquerda, mas de uma sociedade democrática. Há outros temas transnacionais aos quais precisamos dar atenção, como a facilidade com que crimes atravessam as nossas fronteiras.

O Mercosul passa por um período de fricção devido à vontade de Lacalle Pou em avançar em um tratado de livre comércio com a China, algo a que Brasil e Argentina colocam obstáculos. O que o senhor pensa disso? Não estou de acordo com Lacalle Pou nisso. A integração regional deve liderar tudo, e a nossa, dentro do Mercosul, deve seguir os passos de Brasil e



Argentina. Imagino que, com Lula, voltaremos a ter essa vocação de unidade. Os governos anteriores de Lula foram muito bons para o Paraguai, e imagino que este também será. Estou ansioso para trabalhar com ele.

O Paraguai é um dos principais países que ainda mantêm laços formais com Taiwan, contrariando os interesses da China, que considera a ilha uma província rebelde. Em caso de vitória na eleição, essa posição será revista? Uma relação de mais de 60 anos, construída sobre princípios e valores democráticos, é muito mais importante do que a possibilidade de aumentar as exportações ou ter um maior fluxo econômico como consequência de uma relação diplomática com a China. Outra coisa é que o Paraguai precisa se integrar no mundo, e não é atrativo ter um modelo de exportação com a China onde basicamente eles vão tornar nossas deportações ainda mais primárias. Ou seja, só estaríamos exportando matéria-prima quando o que o Paraguai precisa é avançar em um processo de industrialização. Então há motivos diplomáticos, há motivos econômicos, mas acho que o mais importante é que compartilhamos uma relação amistosa com Taiwan de mais de 60 anos.

Em uma entrevista, o senhor chegou a fazer elogios ao general Stroessner, ex-ditador do Paraguai. Ainda o defende? Veja, o Colorado é um partido tão estruturado e forte que conseguiu a força para tirar Stroessner do comando enquanto era tempo. Meu elogio se restringe ao fato de que, quando estava no poder, tinha um acordo político tão forte e duradouro, sem a preocupação com sucessões presidenciais, que fez com que fosse possível desenhar políticas de longo prazo e mantê-las, sem a insegurança causada por políticas eleitorais. Stroessner foi responsável por mais de 50 anos de estabilidade no Paraguai. Mas exagerou, e de nenhuma maneira sou a favor dos abusos de direitos humanos cometidos no período.

Até hoje parece misterioso o caso que envolveu a prisão do ex-jogador Ronaldinho Gaúcho em Assunção. Como o senhor vê esse caso? Ele foi levado por pessoas de má-fé, entrou em algo que não sabia do que se tratava e cuja explicação ainda não está completa. Claramente tratava-se de um grupo criminoso tentando tirar vantagem, mas creio na inocência dele. Ele não veio ao Paraguai para cometer crimes e foi ludibriado.



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

Raio-X | Santiago Peña, 44

Economista, foi membro da diretoria do Banco Central do Paraguai e ministro da Fazenda do país. Fez mestrado pela Universidade Columbia, em Nova York, e trabalhou no Fundo Monetário Internacional.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Brasil

FOLHA.com

Acordo União Europeia-Mercosul depende de compromissos ambientais e texto mais rígido, diz eurodeputada

Para a alemã Anna Cavazzini, vice-presidente de delegação voltada ao Brasil, governo Lula cria cenário favorável à cooperação, mas 'rede de segurança' é essencial

Cristiane Fontes

Oxford

Em janeiro, durante visita do premiê alemão Olaf Scholz a Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse esperar concluir o acordo comercial entre União Europeia (UE) e Mercosul até a metade de 2023. O tratado, que se arrasta há mais de 20 anos, foi assinado em junho de 2019, no governo Bolsonaro, mas nunca foi ratificado, por uma série de entraves, em especial os retrocessos do Brasil na agenda socioambiental.

Para a eurodeputada alemã Anna Cavazzini, vice-presidente da delegação voltada ao Brasil e presidente da Comissão de Mercado Interno, antes de passar a valer, o texto precisará de uma revisão que garanta compromissos mais rígidos com o meio ambiente. Na visão dela, que é vice-presidente da delegação de relações com o Brasil, os termos, escritos há duas décadas, ficaram ultrapassados e, por serem não vinculativos, não garantem ações alinhadas com a redução do desmatamento.



"[O acordo] tem padrões de sustentabilidade realmente não vinculativos, suspensos, que no final não terão grande efeito. Então precisamos ajustar isso e colocar a sustentabilidade e o combate ao desmatamento no centro do acordo, e só assim poderemos avançar", diz ela, que deve visitar o Brasil com outros colegas de Parlamento Europeu em maio.

A delegação é presidida pelo eurodeputado português José Manuel Fernandes, do Partido Social Democrata.

Em entrevista à Folha, Cavazzini demonstra, porém, otimismo em relação a outras legislações discutidas recentemente no Parlamento Europeu, como o novo regulamento que proíbe a entrada de commodities ligadas ao desmatamento.

A legislação, que tem o potencial de afetar as exportações do Brasil, rejeita uma série de produtos —carne, soja, madeira, borracha, cacau, café e óleo de palma (dendê)— provenientes de áreas que tenham sido desmatadas, ainda que com permissão legal, depois de 31 de dezembro de 2020.

"Esse novo regulamento é realmente uma espécie de revolução, se você pensar bem, porque pela primeira vez temos regras na União Europeia que avaliam as cadeias de suprimentos e, no final, vão proibir a importação de mercadorias de áreas desmatadas. Esse é um grande passo na luta global contra o desmatamento", afirma.

Embora a regulamentação ofereça proteção à Amazônia, à mata atlântica e ao chaco, biomas tipicamente florestais da América do Sul, ela foi criticada por ambientalistas por excluir o cerrado do acordo.

Nessa e em outras discussões fundamentais às políticas contra as mudanças climáticas, diz Cavazzini, o desafio dos deputados verdes é mostrar que "o futuro só pode ser defendido como um todo", sem dicotomia entre economia e sustentabilidade.

"Se não protegermos o clima também destruiremos nossa economia e o futuro de nosso planeta", avalia.



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

Como vice-presidente da delegação de relações com o Brasil, quais são as suas principais prioridades para este ano? A delegação finalmente visitará o Brasil. Foi muito difícil nos últimos anos por causa da crise da Covid e depois também por circunstâncias políticas, mas agora planejamos fazer nossa primeira viagem em missão ao Brasil em maio.

Acho isso muito bom porque o mais importante também é nos comunicarmos com nossos colegas parlamentares e ver quais são os debates no Brasil, quais são os debates na Europa, como podemos trocar.

Nos últimos dois anos, me concentrei muito na luta contra o desmatamento e no apoio a todos no Brasil que lutam pelos direitos humanos, pelo estado de direito, pela democracia, pelo meio ambiente, é claro. Agora, o contexto provavelmente muda um pouco com o novo governo, e acho que há muito mais caminhos e áreas para cooperação do que antes.

Nesse sentido, a ministra Marina Silva está empenhada em levar adiante o acordo comercial Mercosul-UE. O que a senhora acha que é necessário para que isso aconteça? Acho que, antes de tudo, o governo brasileiro precisa restabelecer toda a legislação e as instituições ambientais que foram desmanteladas por Bolsonaro, porque acho que sem isso não poderemos ter nenhum acordo comercial que estimule ainda mais o desmatamento nas exportações de produtos agrícolas, enquanto não tivermos uma rede de segurança para que não ocorra mais desmatamento.

Portanto, acho que essa é a pré-condição para que eu tenha qualquer conversa sobre qualquer acordo comercial e, então, acho que partes do acordo comercial precisam ser ajustadas.

É um texto muito antigo, de 20 anos atrás. Tem padrões de sustentabilidade realmente não vinculativos, suspensos, que no final não terão grande efeito. Então precisamos ajustar isso e colocar a sustentabilidade e o combate ao desmatamento no centro do acordo, e só assim poderemos avançar.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

A senhora poderia, por favor, descrever em que estágio está a implementação do Green Deal [Acordo Verde] da União Europeia? O Green Deal é o objetivo abrangente de criar uma economia neutra em relação ao clima na União Europeia, no máximo até 2050, mas provavelmente ainda mais depressa.

E todo o Green Deal é composto por vários documentos legislativos que garantem que atingiremos esse objetivo. Por exemplo, no que diz respeito a expandir as energias renováveis, maior eficiência energética, e também economias circulares, e ainda muitos artigos de legislação que estão sendo negociados no momento para que o meio ambiente alcance a neutralidade climática e também para mantermos nossa competitividade, ou mesmo aumentá-la, porque acreditamos que esse é o futuro. O futuro só pode ser defendido como um todo.

Como a senhora vê a implementação do acordo até agora? Nós, verdes, infelizmente, não somos a maioria no Parlamento Europeu, e muitas das legislações que estamos votando não vão longe o suficiente. Por isso, há sempre grandes brigas políticas e ideológicas no Parlamento Europeu, e também nos Estados-membros, sobre até onde podemos ir.

Digamos que o lado direito do Parlamento diga "ok, se formos longe demais, destruiremos nossa economia". Nós dizemos que se não protegemos o clima também destruiremos nossa economia e o futuro de nosso planeta. Dizemos que estamos no caminho certo, que vamos na direção certa, mas precisamos ir mais rápido.

A senhora preside o Comitê de Comércio Interno e Proteção ao Consumidor. Como o comércio pode contribuir para o esforço global contra a mudança climática e uma melhor proteção dos direitos humanos? No momento, do modo como o comércio está organizado e como a OMC [Organização Mundial do Comércio] e muitos acordos comerciais bilaterais funcionam, temos muitos problemas quando se fala nas causas das mudanças climáticas ou quando se trata de realmente proteger os direitos humanos.





Precisamos de padrões de sustentabilidade e acordos comerciais realmente executáveis, e que a sustentabilidade seja integrada em todos os acordos. Também precisamos examinar o transporte, porque o modo como os transportes globais funcionam, a remessa constante de mercadorias de um continente para outro, também precisam ser mais sustentáveis.

Qual a sua opinião sobre a versão atual do regulamento da UE para cadeias de abastecimento livres de desmatamento? Eu negocie esse caso na Comissão do Mercado Interno e o acompanhei muito de perto. Acho que esse novo regulamento é realmente uma espécie de revolução, se você pensar bem, porque pela primeira vez temos regras na União Europeia que avaliam as cadeias de suprimentos e, no final, vão proibir a importação de mercadorias de áreas desmatadas.

Esse é um grande passo na luta global contra o desmatamento, e nós e o Parlamento Europeu, especialmente com os verdes, conseguimos fortalecer a proposta da comissão. No fim, não conseguimos tudo o que queríamos nas negociações com os Estados-membros. No entanto, acho que é realmente uma regulamentação muito boa e espero que também tenha impactos no Brasil e ajude a combater o desmatamento.

O que virá a seguir em relação a esse processo? A legislação ainda precisa ser votada oficialmente no Parlamento, porque tivemos o chamado resultado do trílogo em dezembro. É como uma negociação informal entre o Parlamento e o Conselho, então há um período de transposição de 15 ou 16 meses, e depois entra em vigor.

Como o Brasil poderia se engajar melhor nesse processo de agora em diante? Acho importante que as partes interessadas no Brasil que exportam mercadorias reguladas por essa nova lei —por exemplo, óleo de soja ou palma, ou gado— realmente se adaptem e certifiquem-se de que não estão desmatando muito, mas se concentrem em áreas que já estão desmatadas ou que já são campos. É importante entender que, quanto mais o Brasil não desmatar, mais fácil será a exportação.

E como expandir a adoção dessas regulamentações para além da Europa, chegando a mercados como a China, menos engajados em sua agenda socioambiental? É muito importante cooperar com outros países, porque, claro, existe o medo de



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

que as empresas depois exportem seus produtos limpos para o mercado europeu, e os outros produtos de áreas que foram desmatadas recentemente, para a China. E é por isso que é realmente importante ter países como a China a bordo.

Já existe muita comunicação. Há negociações com a China ou a Rússia no momento. Acho que também precisamos de um entendimento global sobre isso.

O acordo da COP de dezembro na Conferência de Biodiversidade da ONU [realizada no Canadá] realmente está ajudando, porque temos um acordo global de que todos os países querem manter as florestas, e também a China comprometida com isso. Portanto, acho que esse acordo internacional claramente ajuda.

Há uma discussão em andamento sobre a reforma da OMC (Organização Mundial do Comércio). O que a senhora acha que deveria acontecer na organização para fortalecer sua agenda ambiental e climática? A OMC tem uma cláusula de exceção, o famoso Artigo 20 do acordo GATS (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, na sigla em inglês), em que os Estados-membros da OMC têm certo espaço de manobra para implementar uma regulamentação social sustentável para também discriminar entre produtos. Acho que esse artigo deveria ser mais usado e deve ser fortalecido.

Também precisamos realmente reformar a OMC para tornar a proteção climática, o clima em geral, o centro da OMC, o que ainda não é o caso.

Sabemos que qualquer reforma na OMC é muito trabalhosa, demora muito. Outros Estados-membros precisam concordar, mas acho que sim, os tempos mudaram desde os anos 90, desde que a OMC foi fundada, e é realmente importante também incluir o Acordo de Paris, os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) na OMC.

A senhora vê alguma oportunidade para isso em curto prazo? Sim, acho que estão acontecendo discussões, por exemplo, mais acordos sobre produtos verdes ou para facilitar produtos que sejam mais amigáveis ao clima.





Quero dizer, é mais como uma fruta ao alcance da mão, porque tem mais a ver com liberalização, e isso é sempre um pouco mais fácil na OMC. E acho que outras discussões estão acontecendo, como o acordo de subsídios à pesca, que é uma questão há anos, claro, também muito importante. Já as reformas estruturais mais demoradas são mais importantes, mas também mais difíceis.

Os negociadores da União Europeia chegaram recentemente a um acordo para reformar o esquema de comércio de emissões da UE. O que isso significa? Significa que estamos realmente obtendo a maior legislação climática do mundo, e é por isso que é tão importante, claro, também porque a União Europeia é um dos maiores emissores, também historicamente.

A reforma desse esquema de comércio de emissões, que emite muitos certificados, basicamente aumentará o preço do CO₂ na Europa e limitará as emissões de CO₂ automaticamente —e, com sorte, nos colocará no caminho de 1,5°C [limite de aquecimento do planeta, pelas metas do Acordo de Paris]. Portanto, esta lei é, penso eu, um grande passo à frente.

O que deve ser priorizado para reduzir a dependência da Europa do gás e petróleo russos o mais rápido possível e promover uma transição energética verde e justa, considerando o aumento das importações de gás natural liquefeito russo? A terrível Guerra da Ucrânia infelizmente mostrou o que nós, como verdes, já vínhamos dizendo há alguns anos: que é perigoso, que estamos realmente nos tornando muito dependentes de regimes autoritários com nossas importações de combustíveis fósseis.

Os combustíveis fósseis em geral o tornam dependente, enquanto as energias renováveis são como energias de liberdade. Você pode produzir em casa, pode usar sua eólica, sua solar, e assim por diante.

Portanto, pensamos que a aceleração das energias renováveis, mas também qualquer legislação que nos ajude a reduzir o consumo de energia e o uso de recursos como a economia circular, nos ajudará a nos livrar do combustível fóssil russo.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

Temos o Acordo Verde da UE e dizemos que o Acordo Verde é realmente a resposta à agressão russa na Ucrânia, que nos tornará mais independentes de regimes autoritários no futuro.

Mas qual é a proposta dos verdes em termos de combinar as prioridades de curto e longo prazos? Como a senhora disse, ainda não teremos grandes transformações de um dia para o outro, mas, em termos da melhor combinação de medidas de curto e longo prazos, qual é a proposta do Partido Verde? É muito importante que, se no momento estamos substituindo o gás russo por um que não nos bloqueie, que não tenhamos contratos que duram mais 20 anos, mas que tenhamos estruturas de curto prazo.

Por exemplo, também construímos terminais de GNL muito rapidamente na Alemanha porque não tínhamos um, mas também é muito importante garantir que eles possam ser transformados o mais rápido possível em terminais de importação de hidrogênio.

RAIO-X

Anna Cavazzini, 40

Deputada do Partido Verde no Parlamento Europeu, pela Alemanha, desde 2019, é vice-presidente da delegação de eurodeputados voltada ao Brasil e presidente da Comissão de Mercado Interno. Fez mestrado em relações internacionais na Universidade Livre de Berlim. Antes, entre outras funções, atuou como assessora para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável junto à presidência da Assembleia-Geral da ONU.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

ENTENDA A SÉRIE

Planeta em Transe é uma série de reportagens e entrevistas com novos atores e especialistas sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo. Essa cobertura especial acompanhou também as respostas à crise do clima nas eleições de 2022 e na COP27 (conferência da ONU realizada em novembro no Egito). O projeto tem o apoio da Open Society Foundations.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Paraguay

ULTIMAHORA.COM

Legitimidad para gobernar

En mi artículo anterior había expresado mi preocupación con los grandes problemas de gobernabilidad que tendría el presidente que sea electo el próximo 30 de abril.

Por [Alberto Acosta Garbarino](#)

Es previsible que el que asuma la conducción de la república se encontrará con un escenario de violenta polarización política y de gran fragmentación en el Congreso, que le hará muy difícil poder gobernar.

Pero este pesimista escenario futuro puede ser diferente si ocurren cambios de comportamientos, especialmente de la clase política, pero también de la clase empresarial y de la sociedad civil en su conjunto.

El cambio que necesitamos es poner al bien común por encima de los intereses electorales de los políticos, de los intereses económicos de los empresarios y de los intereses ideológicos de la sociedad civil.

El bien común se resume en la patria soñada... un país próspero, equitativo, seguro y ambientalmente responsable.

La convocatoria realizada por la Pastoral Social Nacional de la Iglesia Católica a vivir este tiempo de cuaresma –que coincide con el periodo electoral– poniendo el bien común como tema central, no podía ser más oportuna y necesaria.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

En este periodo electoral es importante que una Iglesia “no arrinconada en sus templos” les recuerde a los políticos que “la política es una de las formas mas elevadas de la caridad, porque sirve al bien común” como dice el papa Francisco.

Que le recuerde a los ciudadanos “que el voto es algo serio y que debe ser utilizado con libertad de toda presión, con responsabilidad y con seriedad, porque solo así se podrá exigir a los políticos que ocupan cargos de gobierno que sean serios y responsables”.

Si tenemos unas elecciones con gran participación ciudadana, con un escrutinio transparente y con un respeto absoluto a los resultados, el ganador de la misma tendrá la legitimidad de origen, que es la primera condición para poder gobernar posteriormente.

Pero una vez electas las nuevas autoridades y ante un escenario político de atomización, es imprescindible que el nuevo presidente convoque a todos los sectores, a un verdadero pacto social que nos permita ponernos de acuerdo en los temas que son imprescindibles para el bienestar de todos los paraguayos.

Por citar algunos y a modo de ejemplo: La negociación del Anexo C de Itaipú, las relaciones con China o Taiwán, el Mercosur en lo internacional; y las reformas: De la justicia, de la educación, de la seguridad social y de la salud en lo nacional.

Si el nuevo presidente convoca a este pacto social, tendrá que elegir algunos de estos muchos temas, porque será imposible políticamente ponerse de acuerdo en tantos. Si lleva adelante estos acuerdos el futuro presidente tendrá la otra legitimidad... la legitimidad en el ejercicio, que es imprescindible para poder gobernar.

Pero si se sigue fomentando el odio entre los paraguayos, si hacemos trampas en las elecciones, si no reconocemos los resultados, nuestras futuras autoridades no tendrán legitimidad de origen.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

Si se sigue gobernando para proteger los intereses electorales de una facción política, si se nombra como ministros a personas sin capacidad y sin honestidad, si se sigue adjudicando los contratos del Estado bajo el manto de la corrupción, si se sigue otorgando beneficios desmedidos a los empleados públicos, etc.... nuestras futuras autoridades no tendrán legitimidad de ejercicio.

Sin estas dos legitimidades –en el origen y en el ejercicio– es imposible gobernar y consecuentemente hacer las reformas que permitan que nuestra gente viva mejor, con más seguridad, con mejor educación y con mayor acceso a la salud... en resumen con desarrollo económico y social.

Hace más de cincuenta años papa, Paulo VI, en su encíclica *Populorum Progressio* decía que “el desarrollo es el nuevo nombre de la paz”, porque es imposible que haya paz en una sociedad donde hay pobreza, desigualdad y exclusión.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Uruguay

EL PAIS

Tres ministros viajarán a Brasil - Darán "seguimiento" a la reunión que tuvo Lacalle Pou con Lula

Los ministros Francisco Bustillo (Relaciones Exteriores), Azucena Arbeleche (Economía y Finanzas) y José Luis Falero (Transporte y Obras Públicas) viajarán a Brasilia el próximo 7 de marzo.

Allí cada uno se reunirá con su contraparte brasileña con el objetivo de profundizar el abordaje de los diversos temas de interés comunes a ambos países.

Así lo confirmó ayer el Ministerio de Relaciones Exteriores, al afirmar que se trata de una visita de "seguimiento" a la reunión que el pasado 25 de enero mantuvieron en Montevideo los presidentes Luis Lacalle Pou y Luiz Inácio Lula da Silva.

Los temas en agenda pasan por asuntos relacionados con la balanza comercial y la infraestructura. Lacalle Pou y Lula confirmaron allí su voluntad de avanzar en una hidrovía que una las lagunas Merín y De los Patos, junto al dragado del Canal San Gonzalo, así como el reacondicionamiento del puente binacional Barón de Mauá. Allí se mencionó también la posibilidad de convertir en binacional al Aeropuerto Internacional de Rivera.

En aquel momento Lacalle Pou y Lula también conversaron sobre el planteo uruguayo de "apertura" del Mercosur y su intención de negociar acuerdos bilaterales, como los tratados de libre comercio (TLC) con China y Turquía. Durante el encuentro se había acordado la conformación de un equipo técnico, con delegados de Uruguay y de Brasil, al que se invitaría además a representantes argentinos y paraguayos" para, según el presidente, determinar qué es lo que se necesita de la relación con el gigante asiático





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

Brasil, en tanto, tiene intenciones de iniciar negociaciones en paralelo con China. A su tiempo, el bloque regional evaluará si comienza una negociación conjunta con ese país.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Uruguay

EL PAIS

Más y mejor Norteamérica

GNACIO MUNYO

Sin chisporroteos con el Mercosur, es posible profundizar la relación comercial con Norteamérica, en donde hay oportunidades claras para mejorar la inserción internacional del país.

Ya en 2022, América del Norte superó a China como destino de las exportaciones de Uruguay, para lo que fue clave el rol de las ventas de software y servicios profesionales a Estados Unidos. Ahí el espacio para crecer es amplio.

Desde 2004 opera un TLC con México que tiene potencial para aumentar el flujo actual de comercio e inversiones: en México conocen menos de Uruguay de lo que creemos y hay que posicionar al país en ese gran mercado.

No hay duda que firmar un TLC con Estados Unidos sería muy beneficioso para el Uruguay: según operadores del sector, si se eliminara el arancel de 26%, las exportaciones actuales de carne podrían multiplicarse hasta por cuatro. Pero, no hay que pedirle a Estados Unidos lo que no nos puede dar; hoy los TLC no están en la agenda de Washington, por lo menos en el corto plazo. Ni el Reino Unido del brexit puedo firmar un TLC con ellos.

Sin embargo, se pueden profundizar las relaciones comerciales en base a beneficios e instrumentos que ya existen, y los que están sobre la mesa. Uruguay tiene el privilegio de

Todo lo que está pasando en la geopolítica global afecta la estrategia de internacional del país.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

contar con un marco de retenciones a la venta de servicios similar al que Estados Unidos ofrece a los países con los que tiene TLC. El TIFA suscrito desde 2007? tiene potencial para atraer más inversiones norteamericanas al país, y se puede también avanzar con un acuerdo de doble tributación, que ayudaría a aumentar las relaciones comerciales.

Hay que estar muy atentos al programa de cooperación en cadenas de valor que planteó el gobierno de Estados Unidos el año pasado (el "Americas Partnership for Economic Prosperity", APEP) y al que se acaba de sumar Canadá. Ambos países se comprometen a apoyar activamente a Barbados, Chile, Colombia, Costa Rica, Republica Dominicana, Ecuador, México, Panamá, Perú y Uruguay; en el impulso de mayor relacionamiento económico. APEP es un marco de cooperación para profundizar las relaciones comerciales entre socios comprometidos con los valores de la democracia liberal. Todavía está verde, pero va a avanzar en los próximos años.

En la situación global actual, hay una oportunidad asociada a la estrategia de las empresas multinacionales de fabricar insumos en países más cercanos y confiables. Es difícil suponer que la preocupación actual de Occidente por los gobiernos de Rusia y China se reduzca en los próximos años. Esto es importante para que el proceso de acercamiento de los eslabones de las cadenas de valor de las multinacionales se acelere más rápido que lo que indicarían los factores de costos de producción e incentivos tributarios, que también son muy importantes.

La canciller de Canadá, Mélanie Joly, fue contundente hace pocos días: "APEP es una excelente oportunidad para las democracias del continente para trabajar juntas en proyectos de interés común para fortalecer el desarrollo económico de la región".

Todo lo que está pasando en la geopolítica global afecta la estrategia de inserción internacional de Uruguay; hay mucho espacio para crecer en la relación comercial con América del Norte, que ya es el principal destino de exportaciones. Esta relación no solo hay que aprovecharla, sino también cuidarla.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Uruguay

CARAS & CARETAS
EDICIÓN ONLINE

Ministros a Brasil para seguimiento de reunión Lacalle-Lula

Tres ministros, el canciller, la ministra de Economía y el ministro de Transporte, viajarán el 7 de marzo a Brasil para profundizar en los temas tratados en la reunión que sostuvieron a fines de enero los presidentes Luis Lacalle Pou y Lula da Silva.

"En seguimiento a la reunión que los señores presidentes Luis Lacalle Pou y Luiz Inácio da Silva mantuvieron el pasado 25 de enero en ocasión de la visita de este último a Uruguay, el señor ministro de Relaciones Exteriores, Francisco Bustillo, viajará a Brasilia el próximo 7 de marzo, junto con la señora ministra de Economía y Finanzas, Azucena Arbeleche, y el señor ministro de Transporte y Obras Públicas, José Luis Falero", informó la Cancillería.

Según la nota, publicada en la Web institucional, el objetivo es dialogar con sus homólogos brasileños para profundizar en el abordaje de diversos temas de interés común. Lula y Lacalle Pou se reunieron en Montevideo para dialogar sobre diversos aspectos y buscar un acercamiento respecto a la intención de Uruguay de negociar un acuerdo comercial con China por fuera del Mercado Común del Sur (Mercosur), algo a lo que se opone el resto del bloque, principalmente Argentina.

El presidente brasileño dijo en aquella oportunidad que su país quiere un acuerdo comercial Mercosur-China, pero antes es necesario cerrar el que el bloque negocia hace más de 20 años con la Unión Europea (UE).

Previamente, el mandatario uruguayo reafirmó el compromiso con el bloque comercial, pero enfatizó en que su gobierno quiere un Mercosur "flexible y abierto al mundo".





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

El 1o de febrero, el director del departamento Mercosur de la cancillería de Brasil, Francisco Cannabrava, dijo a la Agencia Sputnik que su país considera que Uruguay es un socio "tremendamente importante" y es por esto que en su primer gira Lula quiso ir a Montevideo para lograr un entendimiento.

